

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INDUTORA DA “MORTE ANUNCIADA”  
DOS CASTANHAIS NO SUDESTE PARAENSE**

**Homma, Alfredo K. O. (Embrapa, Brasil)**

**PUBLIC POLICIES AS INDUCERS OF BRAZIL NUT TREES “ANNOUNCED  
DEATH” IN THE SOUTHEAST OF THE PARA STATE**

**ABSTRACT:**

This research was conducted from 1997 to 1998, supported by the Para State Fund for Science and Technology (FUNTEC) to analyze the causes of destruction of Brazil nut trees in the Southeast of Para State. This region has already extracted more than 22,000 tons of shelled Brazil nuts in 1973 and, in 1995, the amount extracted was less than 1,500 tons. Analysis of Landsat satellite imagery in the period 1984 to 1997 showed that 70% of the area of Brazil nut trees has been deforested. This research analyses the major historical facts, events, persons, public policies, infrastructure, and others, since the foundation of the Burgo de Itacaiúnas in June 7<sup>th</sup>, 1898, originating the city of Marabá and the process of occupation of the region. In one century of the process of occupation and the destruction of Brazil nuts trees increase after 1969, having as reference point the connection of the Marabá to the Belém-Brasília highway. The principal results showed that the destruction of Brazil nut trees was a deliberate action of public policies in conducting the “announced death” (opening roads, fiscal incentives, colonization process, implementation of Great Carajás Program etc.). Its is paradoxical to conclude that, despite the environmental pressure after 1988, arising from the murder of Chico Mendes, for instance, the Ibama, has authorized the cutting of dead and unproductive Brazil nut trees for wood extraction, the settlements of colonists by Incra in areas of occurrence of Brazil nut trees, invasion of MST, and so on.

**Key words:** Amazon, Brazil nuts, deforestation, public policies, environment, history.

## **Introdução**

As políticas públicas sempre influenciaram poderosamente os rumos da Amazônia. A manutenção da soberania durante o período colonial, o “*Discurso do Rio Amazonas*” proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), os incentivos fiscais, o Programa Grande Carajás, o Brasil em Ação, o Avança Brasil, entre outros, são exemplos de políticas públicas que foram implantadas na Amazônia. Muitas dessas políticas públicas se traduziram em grandes projetos como a ferrovia Madeira-Mamoré, Jari, Transamazônica, Tucuruí, Carajás, hidrovias, etc., caracterizados mais pelo seu efeito inercial, do que por atender aos interesses maiores de sua população, pois somente a eles cabem o direito de escolher seu destino e sua opção. Quem imaginaria que a criação dos incentivos fiscais em 1966 iria provocar os grandes desmatamentos na Amazônia? É interessante comparar o mapa da Amazônia publicado no livro de Paul Le Cointe, em 1922, onde existiam apenas as estradas de ferro Belém-Bragança, Madeira-Mamoré e Tucuruí. Chama a atenção a riqueza da fúria legislativa que a Amazônia apresenta, como expressão da sua política pública, como a maneira mais simples de resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais, que nem sempre são cumpridos ou são simplesmente menosprezados.

Entender os fatos cronológicos pode contribuir para minimizar os erros do passado. Com certeza é perda de tempo fustigar o passado, pois nada se pode fazer para alterá-lo. A maioria dos fatos históricos só são percebidos depois de um longo período. O mais grave é a percepção dos erros e admitir a sua continuidade, por medo ou omissão, como tem sido em muitas decisões públicas na Amazônia. Hoje, vivem-se as

decisões tomadas ontem e, amanhã, as decisões tomadas hoje. Portanto, há chance de se construir o futuro tomando as decisões corretas agora. Existe, portanto, um fio condutor conectando todos estes eventos e fatos que explicam a situação atual. De forma idêntica, uma bibliografia demonstra a seqüência e a fronteira da produção técnico-científico-cultural de um determinado assunto ou da sociedade, uma seqüência de eventos, leis ou decretos demonstram a tendência e a história de um fenômeno. Apesar de os problemas não serem independentes, a linearidade dos eventos pode ser interpretada para compreender fenômenos passados e antever possíveis caminhos para o futuro. O que não se pode é externar um otimismo irreal com o objetivo de esconder a realidade da Amazônia e do País, como se isso fosse ajudar alguma coisa. É nesse sentido que esta história que não se conclui pretende contribuir, para entender o processo de destruição das castanheiras, procurando cobrar a responsabilidade social por parte da sua população e das instituições da sociedade.

Os dados utilizados para essa pesquisa são de um levantamento sobre a história da agricultura da Amazônia nos últimos quatro séculos, a sua conexão com as macropolíticas de desenvolvimento regionais e nacionais e das mudanças tecnológicas ocorridas.

### **Privatização e controle do espaço dos castanhais**

Warren Dean, no seu clássico livro “**A Ferro e Fogo**”, que veio a público após seu trágico acidente (1994), relata a destruição da Mata Atlântica, que ficou reduzida a menos de 8% da cobertura original à época do descobrimento do Brasil. De maneira similar, este mesmo fenômeno está ocorrendo no sudeste do Pará com relação aos castanhais, que nos últimos 30 anos, tem sido palco de diversos conflitos fundiários envolvendo agricultura familiar de fronteira (sem-terra, posseiros, pequenos

agricultores), grileiros, garimpeiros, fazendeiros, castanheiros e índios. A isso se contrapõem com a inserção dessa região nos megaprojetos minerais e energéticos e, mais recentemente, nos grandes eixos de desenvolvimento nacionais, representados pelas hidrovias e na expansão da soja. Nas últimas três décadas, essa região tem sofrido as maiores intervenções humanas desde o início da ocupação da Amazônia. A conexão de Marabá com a rodovia Belém-Brasília (1969), a abertura da rodovia Transamazônica e a eclosão da guerrilha do Araguaia (1972), o início da construção da hidrelétrica de Tucuruí (1976), a abertura da PA-150 cortando o coração dos castanhais, o Programa Grande Carajás (1980), o auge da Serra Pelada (1983), a inauguração da Estrada de Ferro Carajás (1985), a implantação da Hidrovia do rio Araguaia (1995), entre outros eventos, constituíram fatores que levaram à contínua subtração dos estoques de castanhais. Da área original do chamado Polígono Castanheiro, proposto em 1982, quinze anos depois, 70% da área foi desmatada.

Estas transformações mostram, também, um evidente conflito entre a opção do desenvolvimento pelos novos atores sociais que entram em cena, como pecuaristas, madeireiros, capital nacional e internacional interessados na exploração mineral, produção de energia elétrica e, mais recentemente, na expansão da produção de milho, arroz e soja. Em outro conjunto, os posseiros, os pequenos agricultores e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), surgidas em decorrência das próprias políticas governamentais, passaram a pressionar as reservas remanescentes dos castanhais, procedendo a sua substituição por atividades agrícolas, por questão de sobrevivência. O fluxo migratório, cujo sentido de luta tinha por objetivo o uso da terra para fins agrícolas conflitava com a conservação ou a preservação dos castanhais. Este fluxo, facilitado pelas vias de acesso rodoviário e ferroviário, resultou, também, na transferência de problemas de outras áreas do país para aquela região, exteriorizado

pelos violentos conflitos fundiários, que sempre preocuparam desde a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), em 1980, até a sua extinção, em 1987, sem conseguir uma efetiva solução para esse xadrez fundiário. O saldo, naturalmente, sempre foi a contínua destruição dos estoques de castanhais. O encadeamento dos fatos históricos mostra que, ao contrário da afirmativa comum, quanto à ineficiência do setor público, esta tem cumprido todas as grandes obras físicas com relação à Amazônia e, com conseqüências danosas para o meio ambiente.

A legislação nunca deixou de proteger as castanheiras. A riqueza das leis, algumas completamente contraditórias, por ser o caminho mais fácil, revelaram ser inoperantes, pela falta de mecanismos para o seu cumprimento e pela dupla interpretação. Enquanto o comportamento individual for regido pelas ações econômicas, movido por incentivos e penalidades, a conservação e/ou a preservação sempre terá um grande risco de ser violada. As ações sociais baseadas nas normas, códigos de conduta e representações coletivas, constituem a maior garantia para a conservação e/ou preservação dos recursos naturais. Dessa forma, a mudança dos valores individuais e a especificação da legislação, caracterizando o delito individual, os crimes ambientais permanecem indiferentes. O Código Florestal (Lei 4.771, 15/9/1965), a Portaria 2.570 do IBDF (22/11/1971) e a recente Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, 13/2/1998), dão toda proteção legal para evitar a sua derrubada. As castanheiras, quando são poupadas nas derrubadas, são imoladas ao fogo, morrendo em pé, resultando nos conhecidos cemitérios de castanhais no sudeste paraense.

Enquanto ocorria a expansão das pastagens, durante as décadas de 70 e 80, as castanheiras eram mantidas e mortas em pé, pela derrubada e queimada e pelo contínuo uso do fogo para a limpeza das pastagens e de incêndios florestais. Uma visão dantesca desse quadro pode ser vista, por exemplo, na estrada que vai de Eldorado de Carajás a

São Geraldo do Araguaia. Não significa, por outro lado, que a inexistência desses esqueletos de castanheiras, que eram áreas livres dessa árvore, mas que passaram por um processo de limpeza nos últimos dez anos, como era o trecho entre Marabá, São João do Araguaia e Xinguara, que cunhou o termo “**cemitérios de castanheiras**” pelas pesquisadoras Marília Emmi e Rosineide da Silva Bentes, em 1988. Nas décadas anteriores, a grande disponibilidade de oferta de madeira e da proibição do abate de castanheiras, e a constante abertura de novas frentes de expansão, faziam com que essa árvore não fosse plenamente utilizada pelas serrarias.

A destruição das castanheiras, apesar de ser protegida legalmente contra a sua derrubada desde a década de 60, está relacionada também com a perda de competitividade frente a outras alternativas econômicas. Ao contrário dos açazais, onde a valorização dos frutos tende a levar à conservação pelos próprios extratores, no caso das castanheiras, na visão do posseiro, é muito mais lucrativo vender as árvores, plantar culturas anuais e cupuaçu ou transformá-los em pastos. O tamanho dos lotes não assegura uma lucratividade para garantir a sobrevivência apenas da extração da castanha, além de constituir em atividade parcial, na época chuvosa. Esse é um dos mecanismos indutores da destruição.

O valor da castanheira em pé, mesmo que possa produzir *ad infinitum*, a manter o atual valor, sem a sua verticalização pelos coletores, dificilmente será atrativa a sua manutenção. A valorização do mercado de cupuaçu fez com que a manutenção dos cupuaçuzeiros nativos seja mais rentável do que as castanheiras. Este fato está levando, por outro lado, o plantio domesticado dessa espécie, chegando, por exemplo, no Castanhal Araras, a percentuais de 70% para domesticado e 30% para extrativo e o inverso no Projeto Agroextrativista de Praia Alta e Piranha, em Nova Ipixuna. A atividade extrativa por si só não consegue garantir a sustentabilidade econômica,

exigindo a necessidade de implantação de agricultura de subsistência, daí o evidente risco quanto à sustentabilidade ecológica e econômica a médio e longo prazos.

### **A balcanização do sudeste paraense**

O fenômeno mais importante após a promulgação da Constituição de 1988 é a criação de novos municípios na região sudeste do Pará. Esse fenômeno político decorre da tentativa de receber benefícios prejudicados pela distância com relação aos centros de decisão, da dimensão dos municípios e por não corresponder às aspirações desses núcleos populacionais. A criação de novos municípios apresenta-se como uma solução para auferir possíveis vantagens de políticas fiscais, além de criar feudos ou currais eleitorais. Criação de novos municípios significa maior dinamismo local em termos de atração de fluxos migratórios, estabelecimento de obras de infra-estrutura, expansão da fronteira agrícola circunvizinha, entre outros, com a contínua subtração dos estoques de castanheiras e do aparecimento de novas atividades competitivas.

A insegurança no campo, tema freqüente nas manchetes da mídia sobre o sudeste do Pará, que atingiu o epicentro em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, constitui a ponta desse *iceberg* social, quanto à inadequação das diversas políticas públicas e da transferência de problemas de outras áreas do país. No ângulo tecnológico, esta insegurança está associada à baixa sustentabilidade da agricultura familiar de fronteira, no qual permanece na fronteira, enquanto esta apresenta disponibilidade de recursos madeireiros e da floresta para viabilizar a agricultura baseada na derruba e queima. Quando os estoques florestais se esgotam, a fronteira passa a se constituir em ameaça para a sua sobrevivência e tendem a repetir o modelo mais adiante, na premonição da crise.

A localização dos atuais assentamentos fundiários e das invasões de propriedades em áreas de castanhais constitui outra variável de pressão emergente que está levando a derrubada de castanheiras para ocupação pela agricultura de subsistência em simbiose com os extratores de madeira. As políticas fundiárias da região deveriam procurar ao menos preservar o tamanho dos lotes, de 100 ha no passado, reduzidos, posteriormente, para 50 ha e, atualmente de 25 ha, como já vem sendo implementada em novos assentamentos da região. Se ainda é forte a pressão sobre a terra na região, em função da existência de fluxos migratórios externos e internos a ela, não se deve encarar a concessão de terra a um maior número de indivíduos como solução social para esse problema, contribuindo para novas migrações mais à frente na fronteira num futuro próximo. Diminuir a área dos estabelecimentos, sem aumentar a produtividade dos sistemas agrícolas é contribuir para acelerar o processo de expulsão no lote e para a inexorável destruição das áreas de castanhais no sudeste do Pará. Sem levar em conta a existência desse ciclo, dar apenas um lote de 25 ha para os integrantes do MST e posseiros, sem tecnificação, não apresenta nenhuma garantia de sustentabilidade futura.

Essa agricultura familiar de fronteira se estabelece nas frentes pioneiras, acompanhando as estradas de extração de madeira, procedendo a derrubada e a queima da floresta. Os madeireiros e a agricultura familiar de fronteira são, por razões diversas, os principais atores, que se complementam e que se opõem, nas zonas de frente pioneira amazônica. Procura-se deliberadamente extrair o maior número possível de algumas espécies madeireiras de maior valor econômico e, uma vez esgotados, seguem mais à frente na fronteira, deixando atrás de si as marcas desta extração predatória, ao longo dos ramais abertos.

A grande questão é se realmente vale a pena preservar os castanhais remanescentes? Se a resposta for afirmativa, há necessidade de uma grande mudança

nos rumos das políticas públicas com relação ao sudeste paraense, ao Estado do Pará e à Amazônia. Com certeza as gerações futuras irão questionar quanto à omissão e à conivência que estão conduzindo a essa destruição sistemática.

### **Considerações finais**

Uma das conclusões quando se analisam os diversos fatos históricos desta cronologia é a inconseqüência dessa destruição dos castanhais, que poderia ter sido reduzida ou evitada. A busca do caminho mais fácil evitando ferir interesses econômicos e políticos, bem como a assertiva comum na Amazônia, de buscar o equilíbrio cognitivo, na justificativa de que outros já o fizeram, no passado e em outros países.

É interessante verificar que o desaparecimento da produção extrativa de castanha-do-pará não decorreu da sua substituição pela produção proveniente de plantios racionais, como tem ocorrido para mais de três mil plantas que foram domesticadas nestes últimos dez mil anos. No caso das castanheiras no sudeste paraense, as razões da desintegração da economia extrativa estão relacionadas com o conflito decorrente da ocupação comum do espaço geográfico pelos diferentes atores sociais que emergiram a partir da década de 1970 e do interesse do Estado representado pelos recursos minerais. A seqüência natural das atividades econômicas sobrepujarem a importância ambiental, independente da igualdade estabelecida na Constituição do Brasil, em 1988, faz com os passos dessa morte anunciada continue em pleno processo. O propalado desenvolvimento sustentado não passa de mera retórica entre ambientalistas e desenvolvimentistas.

A outra lição desta história inacabada é que os problemas ambientais na Amazônia não são independentes. A destruição dos estoques de castanhais constituem

efeitos colaterais de problemas econômicos e sociais locais e de fora da Amazônia. A pobreza do Nordeste brasileiro tem muito a ver com a drenagem de contingentes migratórios para o sudeste paraense, visível nas estatísticas de origem dos posseiros e dos integrantes do MST, todos na busca de novas esperanças. O conjunto das políticas públicas e do interesse dos grandes investidores nacionais e internacionais nos estoques de recursos minerais, com baixo nível de geração de empregos, tem resultado no paradoxo da convivência da pobreza absoluta em uma das regiões mais ricas de depósitos minerais do planeta.

Outro aspecto refere-se à seqüência linear do processo de destruição dos recursos florestais do sudeste paraense e da Amazônia como parte de um processo coevolutivo. O desmatamento e as queimadas chocam à primeira vista, mas à medida que essas áreas passam a ser limpas, plantadas ou urbanizadas compõem uma Segunda Natureza aceitas como progresso, como tem acontecido nas áreas mais desenvolvidas do País. Estacar o desmatamento na Amazônia representa, portanto, um esforço hercúleo, de vontade política e da conscientização da população, no qual a retórica do uso das áreas desmatadas passam a ser válidas para aqueles que já desmataram ou de que o desmatamento marginal não faria diferença.

Construir essa Segunda Natureza corrigindo os erros do passado, com programas de reflorestamento, intensificação da agricultura para reduzir a pressão sobre os estoques remanescentes, recuperação de áreas degradadas, entre outros, talvez poderia ser uma política adequada para compensar a destruição feita até o presente. Caso contrário, essa cronologia daqui a dez ou vinte anos, poderá ter como fim inevitável o mesmo destino da Mata Atlântica, reduzida atualmente a menos de 8% da sua cobertura florestal original. Uma nova história terá que ser reescrita, talvez essa tenha sido a sua

opção e destino, mas não poderia furtar a oportunidade de chamar a atenção da sociedade neste ponto de mutação.

### **Referências consultadas**

BARROS, M.V.M. **A zona castanheira do Médio Tocantins e vale do Itacaiúnas:**

reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia.

Marabá: UFPa, 1992. 96p.

COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da estrada de ferro Carajás.** Belém:

UFPa-NAEA, 1997. 356p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA CASTANHA-DO-PARÁ,1., 1967, Belém. **Bases**

**para uma política nacional da castanha.** Belém: CNA, 1967. 73p.

CONFLITOS fundiários: um quadro diversificado. **Pará Agrário**, Belém, 1990. p.6-26.

Edição Especial.

DEAN, W. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São

Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

DIAS, C.V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no Médio Tocantins.

**Revista Brasileira de Geografia**, v.21, 4, p.517-531, 1959.

DIAS, C.V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**,

v.20, n.4, p.383-427, 1958.

EMMI, M.F. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. In: CASTRO, E.M.R.;

HEBETTE, J., org. **Na trilha dos grandes projetos.** Belém: UFPa-NAEA, 1989.

p.127-161 (UFPa-NAEA. Caderno, 10).

EMMI, M.F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: Centro

de Filosofia UFPa-NAEA, 1987. 196p.

- EMMI, M.F.A.; MARIN, R.E.A.; BENTES, R. da S. O polígono castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. **Pará Agrário**, Belém, n.2, p.12-21, jan.-jun., 1987.
- FERREIRA, J.A. Carta aberta às autoridades da área rural e ao público em geral. Belém: Sindicato Rural de Marabá, 1982. 4p.
- GUERRILHA do Araguaia. São Paulo, Editora Anita, 1996. 100p.
- HALL, A.L. **Amazônia, desenvolvimento para quem?** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991b. 300p.
- HOMMA, A.K.O. **Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 130p. (no prelo)
- HOMMA, A.K.O. **História da agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 270p. (no prelo).
- HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P; NASCIMENTO JÚNIOR, J.D.B. **A destruição de um recurso natural:** o caso de castanhais no Sudeste paraense. Belém, Embrapa Amazônia Oriental, 2000. (no prelo).
- MONTEIRO, M.A. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia:** drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: UFPa/ETFPa, 1998. 251p.
- MUCHAGATA, M.G.; REYNAL, V.; FIGUEIREDO, R.B. **Perspectivas e potencial econômico da agricultura familiar numa região de fronteira amazônica:** o caso da região de Marabá. Marabá: LASAT, 1996. 23p.
- OLIVEIRA, A.B. Considerações sobre a exploração da castanha no Baixo e Médio Tocantins. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira.** Rio de Janeiro, 1944. p.278-283.

- REYNAL, V.; MUCHAGATA, M.G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Belém: UFPA-CAT-LASAT/Pará: GRET/Point-à-Pitre: UAG-DAT, 1995. 69p.
- ROMEIRO, A.R. Meio ambiente e produção agropecuária na Amazônia. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.37, n.1, p.9-33, 1999.
- ROY, G. **A experiência do Centro Agroambiental do Tocantins: o diagnóstico agrossocioeconômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores**. Belém: ORSTOM/MPEG, 1998. 17p.
- SAMPAIO, S.M.N.; WATRIN, O.S.; VENTURIERI, A.; SILVEIRA, R.R.; FERREIRA, B.C. **Análise da dinâmica da vegetação e do uso da terra no “Polígono dos Castanhais”(PA), no período 1984-1997**. Belém, CPATU, 1999. 23p. (no prelo).
- SEMINÁRIO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA, 1988, Curitiba. Documento final. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos, 1988. 46p.
- SIMPÓSIO NACIONAL DA CASTANHA-DO-BRASIL. 1. 1982, Belém. **Objetivos, estrutura, resultados, conclusões e recomendações**. Belém: SUDAM, 1982.
- VALVERDE, O.; DIAS, C.V. **A rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350p. (IBGE. Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação, 22).
- VELHO, O.G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178p.